

Nosso Patrimônio Histórico

O prédio do Instituto Histórico

(11)

Jeanne Fonseca Leite Nesi (*)

Em 29 de março de 1902, no salão da Biblioteca Estadual, que funcionava no prédio do Atheneu Norte-Rio-Grandense, o Governador Alberto Maranhão presidiu a sessão que criou o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, instituição destinada a pesquisar e divulgar a História do Estado.

Ao ato inaugural compareceram, além de Alberto Maranhão, vinte e seis destacadas personalidades, que se tornaram sócios-fundadores do Instituto, dentre os quais o Des. Vicente Simões Pereira de Lemos, fundador da entidade, e o dr. Olímpio Vital, que foi eleito para ocupar a presidência.

No pequeno salão da Biblioteca, o Instituto funcionou durante um ano e dois meses. Em 3 de maio de 1903, tomou posse a segunda diretoria eleita do Instituto, ocasião em que a instituição passou a funcionar na Intendência Municipal, cuja sede ficava localizada na esquina da Ulisses Caldas com a Junqueira Aires, no local hoje ocupado pela Prefeitura Municipal.

Na intendência Municipal, o Instituto permaneceu durante alguns anos, transferindo-se para o imóvel nº 640 da rua 13 de Maio (hoje, Princesa Isabel), local onde funcionava a Justiça Federal.

Em 1906, o Governador Augusto Tavares de Lira construiu um edifício, para servir de sede ao Instituto (rua da Conceição, nº 622). Como, à época, o Supremo Tribunal de Justiça não dispusesse de uma sede condigna, foi cedido ao mesmo uma parte do prédio destinado ao Instituto Histórico e Geográfico. E, assim, as duas instituições conviveram juntas, desde a inauguração do prédio, em princípios de 1908, até 3 de maio de 1926.

Com o avolumamento das atividades desenvolvidas pelas duas instituições, o prédio já não comportava a presença simultânea das mesmas, o que levou o Instituto a ceder provisoriamente as suas instalações, em troca da casa nº 577 da mesma rua da Conceição, local que ocupou até 1938.

Depois de ter ocupado durante 12 anos



aquele local pequeno e madequado, o presidente do Instituto, Dr. Nestor dos Santos Lima, obteve do Interventor Federal Rafael Fernandes o retorno do Instituto à sua antiga sede. A entrega definitiva do edifício ocorreu através dos decretos nºs. 503 e 543, de 7 de junho e 22 de agosto de 1938.

O edifício construído para abrigar o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte é uma das mais significativas edificações que a Cidade do Natal preserva. Implantado no alinhamento da rua da Conceição, o prédio, com partido de planta retangular, limita-se: ao norte, com a travessa Vicente Lemos (antiga Dr. Vital); ao sul, com a travessa da Sé; ao leste, com a rua da Conceição; e a oeste, com a praça André de Albuquerque.

As fachadas do prédio apresentam traços e características neoclássicas, notadamente nos elementos de sua composição, como frontões curvos e triangulares e platabanda com balaustrada, arrematando o coroamento das paredes. Possui esquadrias em madeira e vidro, em vãos de vergas retas, com cercaduras em massa.

O edifício dispõe de uma característica marcante: à época da sua construção, o acesso se dá pelas laterais, valorizado pe-

las escadarias que lhe dão imponência. Foi o prédio construído sobre um baldrame, de mais de 1,50 m, sugerindo a existência de um porão, embora se trate de um bloco compacto.

Internamente, a edificação procura a simetria, apesar de uma diferenciação, no tocante às dimensões dos cômodos. Conserva-se em bom estado e se constitui um dos poucos edifícios da Cidade, sem alteração em sua fábrica original.

O prédio abriga em seu interior um dos mais importantes acervos culturais do nosso Estado. O patrimônio do Instituto é de inestimável valor: ali se encontram, dentre outras peças, a primitiva pia batismal da Matriz de Natal; a estola do Pe. Miguelinho, mártir e herói da Revolução de 1817; os paramentos do Pe. João Maria, a quem o povo potiguar consagrou como santo; o primeiro telefone instalado em Natal, outrora pertencente à residência da viúva Sinhá Galvão; a mesa em que o Governador Pedro Velho trabalhava; o cofre da Provedoria Real da Capitania do Rio Grande, do início do século 18... O Instituto também guarda o mais valioso acervo documental do Rio Grande do Norte, com manuscritos contemporâneos da restauração portuguesa ocorrida logo após a expulsão dos

holandeses!

Incrustados na parede externa, à entrada do prédio existem dois brasões: um do Brasil República e o outro, do Brasil Império, este fundido em ferro e retirado, em 1896, da antiga Cadeia Pública da Cidade. Na mesma entrada do prédio, ainda existe um velho pelourinho (de 1732), construído em pedra de arenito, onde, segundo a tradição, foi amarrado o Capitão-mor das Ordenanças de Vila Flor e Arês, André de Albuquerque Maranhão (primo do cunhado de André de Albuquerque Maranhão, o mártir da Revolução de 1817). O pelourinho foi transferido da Rua Grande (atual praça André de Albuquerque), e junto ao mesmo eram lidos, outrora, os editais, os bandos e as proclamações oficiais. Também no pelourinho eram amarrados e açoitados os réus e negros fugidos...

O nosso Instituto Histórico e Geográfico é a mais antiga instituição cultural do Estado, sendo, ademais, o repositório e defensor das nossas tradições históricas. A sua biblioteca forma uma preciosa coletânea de estudos sobre o Brasil e, particularmente, sobre o Rio Grande do Norte, possuindo cerca de 25.000 volumes. O Instituto também possui uma coleção de jornais, revistas e fotografias.

O prédio do Instituto acha-se tombado, a nível estadual, desde 30 de novembro de 1984, tendo sido restaurado pela Fundação José Augusto, em 1987.

Preside o Instituto Histórico e Geográfico, o renomado advogado e escritor Enélio Lima Petrovich, que tem sido, durante um período de quase trinta anos, o grande coordenador e catalizador de energias, ações e iniciativas em prol da tradicional Casa da Memória do nosso Estado.

FONTES: "As Cinco Sedes do Instituto" - Ed.comemorativa do 80º aniversário de fundação do I.H.G. do R.G.N., de Nestor Lima e Manoel Rodrigues de Mello; FJA/UFRN/IHGRN; outras pesquisas procedidas pela própria Autora.

(*) Arquitecta da Coordenadoria de Atividades do Patrimônio Histórico e Artístico da Fundação José Augusto